

CONSTRUIR CASAS

não resolve problema habitacional

"O problema da habitação no Brasil não é meramente um problema de abrigo", disse, em depoimento de caráter pessoal, o arq. Jorge Wilhelm, que é diretor da Divisão de Urbanismo, além de membro da Comissão de Planejamento do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Afirma êle que é necessário, antes de tudo, cuidar do aspecto técnico do problema habitacional, para que depois se focalize a questão do financiamento de casas.

Nesse ponto, tem sido omissos e falho o equacionamento do problema feito pelo governo federal. Não ficando os projetos do Banco da Habitação subordinados a um processo de planejamento, o que acontece é que os poucos beneficiados o serão, em última análise, em detrimento de muitos habitantes da cidade.

Acrescenta ainda que não se elaborou propriamente um plano habitacional, mas apenas uma diretriz, instituída pela lei que criou o banco. A lei, na realidade, não impede que se altere ou amplie futuramente o conceito de habitação que dela transcede; mas os vetos opostos à lei, que negam os recursos necessários para a elaboração de planos diretores e equi-

pamentos, parecem evidenciar que não é intenção do Governo proceder a essas alterações requeridas em data próxima.

Acredita o arq. Jorge Wilhelm que nos grandes centros urbanos o problema habitacional nem sempre é o da casa. A solução atualmente posta em prática acarretará, na verdade, resultados a curto prazo, mas revela um conceito superado, qual seja o de que habitação é apenas abrigo. A criação de novos centros de interesse ou a solução de problemas de transporte é, às vezes, mais premente para a função "habitar".

Em São Paulo, por exemplo, coloca-se o problema da ocupação das várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, áreas imensas até agora abandonadas. Aqui temos dois encaminhamentos contraditórios. No primeiro caso, o poder público se apropria destas áreas, faz o planejamento e as revende, ou as destina, entre outras coisas, à habitação. Ou, então, persiste o abandono e loteamentos e casas financiadas pelo Banco surgirão aqui e ali, exigindo serviços públicos e agravando ainda mais o caos urbano.

Como pontos positivos da lei que criou o Banco da Habitação, o arq.

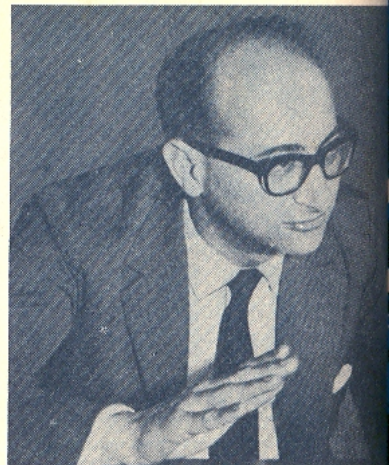
A experiência de Pernambuco

O arq. Jorge Wilhelm salienta que uma solução paternalista para o problema da habitação não é indicada, pois cria contradições entre o patrimônio representado pela casa própria e as possibilidades de sobrevivência dos proprietários.

Parece mais interessante, por isso, a experiência feita em Pernambuco, no Cajueiro São. Forneceu-se material de construção e deu-se orientação técnica a moradores desocupados do

mangue e eles ergueram suas próprias casas. Ao mesmo tempo, era procedida a alfabetização e criado um centro de artesanato, possibilitando-lhes a participação na vida econômica.

Com isto ajustou-se o problema da moradia ao da subsistência. "Trata-se, evidentemente, de um problema regional, mas parece constituir um bom exemplo do conceito complexo e atualizado das palavras habitar e habitação", finalizou êle.



Arq. Jorge Wilhelm, da Divisão de Urbanismo do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Jorge Wilhelm cita o estímulo que é dado à industrialização no setor de casas pré-fabricadas e ao comércio de materiais de construção, além do benefício que os financiamentos trazem para uma faixa restrita da população. Considera ainda que os mecanismos bancários e de correção monetária podem ser soluções hábeis, protegendo o capital público contra a desvalorização. Ressalta, por outro lado, como ponto negativo, a imobilização de capitais retirados da indústria, os quais virão a se transformar em capitais ociosos.

Lei causa frustração

"É louvável a intenção do governo de atacar o problema habitacional e parece interessante atrair também a empresa privada para esse setor. Mas os profissionais não podem deixar de sentir alguma frustração com a lei que criou o Banco da Habitação, que se desejava realmente resolver o problema, que se desse oportunidade a técnicos para colaborarem no estudo da questão." — acrescenta o arquiteto.

Segundo êle, nos debates parlamentares da matéria, foi apreciada a experiência recolhida pelo IAB e pela Comissão Nacional de Habitação, mas o governo federal vetou as sugestões emanadas dos técnicos. O IAB, aliás, já publicou uma análise feita pelos seus órgãos a êsse respeito.

"Uma das frustrações", continua o arq. Jorge Wilhelm, "está no fato de o Serviço Federal de Habitação ficar subordinado ao Banco da Habitação, fato que culmina os vícios de origem citados. É de se esperar, no entanto, que essa orientação venha a ser alterada pelos serviços técnicos do banco, a fim de equacionarmos a questão habitacional com toda a sua riqueza e no contexto: criar o *habitat* do homem".